

06 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Pré-delação relaciona Richa a desvios para campanhas e despesas pessoais

Defesa de ex-diretor da Secretaria de Educação afirma que vazamento de proposta de colaboração premiada é "criminoso"



Segundo Fanini, Richa ajudou a organizar esquema de desvios para campanhas do tucano e seus parentes; ex-governador nega acusações

Agência Estado

O ex-diretor da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, Maurício Jandoi Fanini Antonio, confessou em proposta de delação premiada entregue ao Ministério Público Federal que arrecadou propinas para o ex-governador Beto Richa (PSDB) - que deixou o cargo para disputar uma vaga no Senado nas próximas eleições - entre os anos de 2002 e 2015. O tucano é apontado como principal beneficiário

da arrecadação de valores em um esquema criminoso que envolve mesada de empresas com contratos com o governo, entrega de pacotes de dinheiro vivo em banheiros de órgãos públicos e estacionamentos de bancos, viagens ao exterior e custeio de imóveis da família.

Maurício Fanini foi preso em 2017 acusado de corrupção em contratos de construção e reforma de escolas da Secretaria de Educação, alvo da Operação Quadro Negro - que apontou desvio de pelo

menos R\$ 20 milhões no Estado. Desde maio foi transferido para Brasília, após iniciar negociação de sua delação premiada. Ele é réu em três ações penais. A delação do ex-aliado foi revelada nesta terça-feira, 5, pela equipe da RPC (afiliada da TV Globo) no Paraná.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 06 JUN 2018

CONTINUAÇÃO

Procurada pela **FOLHA** para se manifestar sobre o teor da delação e se o acordo de delação está sendo tratado e será selado, a Secretaria de Comunicação do Ministério Público Federal respondeu que a Procuradoria-Geral da República não se pronuncia sobre colaboração premiada. Também à **FOLHA**, o advogado de Fanini, Omar Elias Geha, chamou o vazamento de "criminoso". Ele não confirmou as informações vazadas e disse que não comenta os processos em andamento. Segundo Geha, tanto o processo na PGR quanto no Ministério Público do Paraná correm sob sigilo e as divulgações atrapalham as tratativas. "Vou procurar os meios para processar quem vazou essas informações a imprensa."

O acordo envolve dez anexos em que Richa, seu irmão Pepe Richa, ex-secretário de Infra Estrutura do Paraná, seu primo Luiz Abi e outros assessores do ex-governador são acusados de um esquema de arrecadação de propinas, inclusive com pagamentos mensais, que serviram para bancar campanhas de prefeito e de governador do tucano e que também seria usado na disputa ao Senado, neste ano.

Fanini registrou num dos dez anexos elaborados por sua defesa que em janeiro de 2015, após Richa ser reeleito governador, viajou com ele e as mulheres para passar um final de semana em Caiobá, litoral do Paraná. "Durante uma caminhada na areia da praia de Caiobá, juntamente com as esposas, o governador Beto Richa manifestou ao ora declarante que para as eleições de 2018, ele, governador, seria candidato ao Senado, o

irmão Pepe para deputado federal e o filho Marcello para deputado estadual", registra o anexo 7.

"O governador queria que ante a recriação da Fundepar, que continuasse com as arrecadações mensais dos empreiteiros para suprir a necessidade de caixa para as três campanhas."

Fanini não será o primeiro delator do caso, se a Justiça homologar o acordo. O empresário Eduardo Lopes de Souza, dono da construtora Valor, envolvida nos desvios nas obras da Secretaria de Educação, virou colaborador em 2017 no âmbito da Quadro Negro, em delação homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-diretor de Educação que agora tenta delação foi um dos denunciados por ele.

ARRECADAÇÃO

O ex-diretor da Educação é mais do que um servidor de confiança. Amigo de Richa desde a época de faculdade de engenharia, Fanini trabalhou no governo do tucano quando foi prefeito de Curitiba e depois foi levado para seu governo no Estado.

Segundo o delator, o esquema de arrecadação de valores ilícitos para campanhas de Richa começou em 2002, quando o tucano disputou pela primeira vez o governo do Paraná e foi derrotado por Roberto Requião (MDB).

Em princípio, os valores eram levantados com empresas contratadas pela Prefeitura de Curitiba. Os recebedores do dinheiro seriam dois homens de confiança do tucano: Ezequias Moreira e Luiz Abi, seu primo. Em 2004, Fanini diz ter participado diretamente da arrecadação de

valores para a disputa de prefeito de Richa.

Mas foi com Beto Richa como governador, a partir de 2012, que Fanini detalha mais os supostos acertos. Uma das reuniões teria ocorrido na Granja do Canguiri, residência oficial do governador. O ex-diretor diz que Richa o questionou sobre arrecadação de valores para a campanha municipal em Curitiba, época que teria iniciado o esquema mensal de busca de propinas.

O delator diz que em 2014 houve uma cobrança para aumentar a arrecadação para a campanha de reeleição, o que teria ocorrido durante uma partida de tênis, com Richa. "Pode dizer que eu vou me reeleger e depois nós temos 4 anos para ajeitar essas empresas", teria dito o ex-governador a Fanini.

ENTREGAS

O delator afirma que dinheiro de propina era levado por emissários que deixavam no banheiro de uma sala da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), órgão do governo. E que ele levava os valores para casa para depois entregar a Luiz Abi.

Além da construtora Valor, envolvida nas obras da Educação, a proposta de delação de Fanini fala da relação de Richa com a construtora Empo e seu dono Eron Cunha.

Richa perdeu o foro privilegiado depois de renunciar ao cargo para disputar como senador pelo Paraná. Na ocasião, processos abertos contra o ex-governador que tramitavam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram enviados para a primeira instância. (Com Reportagem Local)

CONTINUA

06 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Réu cita verbas para viagens e compra de apartamento

O ex-diretor da Secretaria de Educação, Maurício Fanini, afirma na proposta de colaboração premiada que presenciou todas as despesas de consumo de Beto Richa e da esposa

do ex-governador, Fernanda Richa, "em valores expressivos", sendo pagas pelos empresários indicados pelo tucano em contratos com o governo. Entre elas uma viagem a Las Vegas em 2010. Fanini afirma também que recebeu o primeiro pedido para a compra de um apartamento para Marcello Richa, filho de Beto, em março de 2013, por meio de Luiz Abi, primo do

ex-governador. A exigência era de R\$ 500 mil. O pedido foi atendido, de acordo com Fanini.

Dizendo-se reticente com a solicitação, já que nunca havia tratado sobre o assunto com Abi, Fanini conta que foi falar com o então governador, que confirmou que o valor seria usado para complementar a compra do imóvel ao primogênito. (Reportagem Local)

'Criminosos confessos buscam envolver inocentes', diz Richa

A assessoria de imprensa do PSDB no Paraná encaminhou nota com a resposta do ex-governador. Beto Richa classificou o vazamento de "criminoso": "Esta forma ilícita de agir parece ser uma manobra arquitetada às vésperas do período eleitoral, na

tentativa de nivelar todos os políticos por baixo. Não faço parte desta cena deplorável, onde criminosos confessos buscam envolver pessoas inocentes em crimes que somente eles praticaram."

O ex-governador também alegou que Maurício Fanini tenta redução de pena "mesmo que para isso tenham que envolver pessoas honestas." Sobre a compra do apartamento para Marcello Richa, Beto Richa informou que foi feita de for-

ma regular, com recursos próprios e transferência bancária, sem a utilização de dinheiro vivo, "o que foi esclarecido também pelo vendedor do apartamento, que foi ouvido duas vezes pelo Ministério Público". "Igualmente é criminosa a afirmação de que minha mulher teria solicitado 1.000 dólares para uma viagem de meu filho André ao Peru. Quem nos conhece sabe que não precisamos disso e a afirmação beira o absurdo." (Reportagem Local)

CONTINUA

06 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Na AL, deputados evitam falar sobre desdobramentos

Curitiba - Na sessão de ontem da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, os deputados evitaram falar sobre os desdobramentos da Operação Quadro Negro, que investiga desvios em obras de escolas estaduais. Ao contrário do que costumam fazer quando escândalos envolvendo os governos federal ou estadual vêm à tona, os parlamentares focaram seus discursos em outros temas. Apenas o líder da oposição, Anibelli Neto (PMDB), mencionou, da tribuna, a proposta de colaboração premiada do ex-diretor-geral da Seed (Secretaria de Estado da Educação) Maurício Fanini.

“Quem deve ter vergonha é quem votou nele [Beto Richa, do PSDB] para governador. Eu nunca votei. Mas a gente acredita e espera que a Justiça possa, o mais rápido possível, elucidar todas as provas, e que o povo paranaense possa efetivamente saber

se existe culpa ou se é invenção de alguém”, afirmou. À FOLHA, o também opositor Requião Filho (PMDB) ponderou que se trata de um rascunho da delação, porém, um “rascunho pesado”. “Traz informações que corroboram com tudo o que disse o dono da Valor. (...) É verossímil. Eu tendo a acreditar que, mais dia ou menos dia, esse pessoal vai ter que responder à Justiça”.

O líder do governo Beto na AL, Luiz Cláudio Romaneli (PSB), chamou as declarações de “infâmia”. “Foi ele [o ex-governador] que denunciou que havia irregularidades, porque recebeu uma denúncia da construção de um muro no Colégio Amâncio Moro [em Curitiba]. Ele iniciou o processo de investigação”. Para o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), o que estão fazendo contra pessoas públicas é “um crime”. “Já contratei advogado para propor ações criminais contra os dois pilantras e malandros que estão fazendo esse tipo de acusação”. (Mariana Franco Ramos/Reportagem Local)

06 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Londrina debate os 30 anos da Constituição

Os 30 anos da Constituição Federal serão debatidos no II Congresso Internacional de Ciência Jurídica, que ocorre em Londrina de hoje até 8 de junho, no auditório José Garcia Molina (no Parque Ney Braga). O evento tem como tema "30 anos da Constituição Cidadã: Avanços, Retrocessos e Desafios". O congresso, é promovido pela Escola de Direito das Faculdades Londrina, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná. Quatro ministros participarão: Luiz Edson Fachin (Supremo Tribunal Federal); Sérgio Kukina (Superior Tribunal de Justiça); Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (Superior Tribunal Militar); Manuel Valderrama Rebolledo (Corte Suprema do Chile). Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, Fachin participa da cerimônia de encerramento, no dia 8, e abordará na sua palestra temas como o STF, Jurisdição Constitucional e Pactos Internacionais de Defesa de Direitos. Mais informações pelo telefone 3031-1250.

Multa Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou disponível ontem aos partidos políticos a lista de devedores de multa eleitoral. Essa informação é importante tendo em vista que entre as exigências para o registro de candidaturas, com prazo final no dia 15 de agosto, está a certidão de quitação eleitoral dos candidatos.

Fisioterapia de Maluf

O juiz da 4ª Vara de Execuções Penais de São Paulo Rogério Alcazar autorizou o deputado federal Paulo Maluf (PP), de 86 anos, a frequentar três sessões semanais de fisioterapia fora da prisão domiciliar. O parlamentar cumpre pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias pelo crime de lavagem de dinheiro em sua residência, em São Paulo.

06 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

STJ manda devolver passaporte de devedor, mas mantém suspensão de CNH

*Justificativa é que suspensão
do direito de dirigir não fere
o direito de ir e vir*

Natália Cancian

Folhapress

Brasília - A Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) proibiu nesta terça-feira (5) a apreensão do passaporte de um devedor, com a justificativa de que a medida é “desproporcional” e fere o direito constitucional de ir e vir. Ministros, no entanto, mantiveram a suspensão da carteira nacional de habilitação que já havia sido determinada em primeira instância.

A decisão ocorreu com base na análise de um recurso em habeas corpus apresentado por um homem cobrado na Justiça por uma dívida de R\$ 16.859 de um contrato de prestação de serviços educacionais. Sem receber o pagamento, a escola pediu a suspensão do passaporte e da carteira de habilitação do devedor, como forma de tentar coagi-lo a pagar.

O pedido foi aceito pela 3ª Vara Cível da Comarca de Sumaré, no interior de São Paulo, que determinou a apreensão dos documentos em maio do ano passado. O

homem então recorreu a outras instâncias e ao STJ para tentar reverter a medida, alegando que isso feria sua liberdade de locomoção. O caso foi discutido nesta terça.

No mês passado, reportagem mostrou que juízes de primeira instância de diferentes Estados têm decidido pela suspensão desses documentos em caso de dívidas. A situação tem gerado controvérsia entre especialistas e membros do Judiciário. A aplicação desse tipo de medida, tida como “atípica”, tem base no artigo 139 do novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2016.

Para a Quarta Turma, a suspensão do passaporte foi desproporcional, violou o direito de ir e vir e feriu o princípio da legalidade. A decisão ocorreu por unanimidade entre os ministros Luis Felipe Salomão, Isabel Gallotti, Marco Buzzi e Antônio Carlos Ferreira. Essa é uma das primeiras decisões do STJ contra a suspensão do passaporte por esse motivo.

Para o relator, ministro Luis Felipe Salomão, a retenção do passaporte é medida possível, mas deve ser fundamentada e analisada caso a caso - no caso em questão, diz, as circunstâncias apontaram “falta de proporcionalidade”. “Tenho por necessária a concessão da ordem, com determinação de restituição do documento a seu titular, por considerar a medida coercitiva ilegal e arbitrária, uma vez que restringiu o direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável”, afirmou em seu voto.

A suspensão da CNH, por sua vez, foi mantida. A justificativa é que já há jurisprudência no STJ no sentido de que a medida não fere o direito de ir e vir. “Isso porque, inquestionavelmente, com a decretação da medida, segue o detentor da habilitação com capacidade de ir e vir, para todo e qualquer lugar, desde que não o faça como condutor do veículo”, defendeu o relator.

06 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Do auxílio-moradia à fisioterapia

Numa iniciativa que dá a medida exata do grau da desconsideração que o Poder Judiciário tem para com os contribuintes, num momento em que a União enfrenta grandes dificuldades financeiras para prestar serviços públicos com um mínimo de qualidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acaba de publicar edital que prevê gastos de até R\$ 102,6 mil para aquisição de material de “reabilitação fisioterápica” para seus servidores.

A Corte é o braço do Poder Judiciário com menor demanda de serviços e conta com 879 funcionários que – a exemplo dos servidores dos demais tribunais do País – estão entre os mais bem pagos da administração pública. Ao justificar a aquisição desses equipamentos, a Corte alegou que eles são usados para evitar afastamentos de servidores “por motivos de tratamento relacionados ao sistema musculoesquelético”. Entre os 41 itens da lista de compra, destacam-se um redemoinho para utilização em braços e pernas, esteiras ergométricas, máquina de gelo em cubo com revestimento de aço e bicicleta. O edital também prevê a aquisição de um aparelho de ultrassom terapêutico e de uma caixa de som portátil com conexão bluetooth e exige que todos os equipamentos sejam novos. O TSE alega que, para a saúde de seus ministros e servidores, não convém a utilização de equipamentos médico-hospita-

lares reconicionados.

Todo esse material irá compor uma “seção de atenção fisioterapêutica” que foi criada há três semanas pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux, com o objetivo de marcar sua curta gestão à frente do TSE. Seu mandato começou em 6 de fevereiro deste ano e terminará no dia 15 de agosto. Fux se tornou conhecido há quatro anos, quando acolheu uma reivindicação de associações de juizes e autorizou – por meio de uma liminar até hoje não julgada pelo Supremo Tribunal Federal – o pagamento de auxílio-moradia para todos os magistrados brasileiros, inclusive os que têm casa própria na cidade em que atuam.

Juntamente com as dezenas de penduricalhos pagos a magistrados e servidores a título de verba remuneratória, as seções de fisioterapia custeadas pelos contribuintes fazem parte do cotidiano dos suntuosos palácios da Justiça brasilienses projetados por Oscar Niemeyer – quase todos com instalações majestosas para ministros, mobiliário luxuoso, pórticos, área de lazer, cozinhas e copas. Só no Supremo Tribunal Federal, onde há três consultórios de atendimento fisioterápico abertos das 13 às 19 horas, trabalham quatro profissionais com remuneração média de R\$ 16.957,90 por mês. Além disso, a mais alta Corte do País gasta mensalmente R\$ 31,9 mil com a manutenção dos equipamentos. Já no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que

é a mais alta Corte da Justiça Federal, há seis consultórios nos quais trabalham cinco fisioterapeutas concursados. Alguns Tribunais Regionais Federais também dispõem do mesmo serviço.

No caso do TSE, cuja construção foi estimada em R\$ 89 milhões na época do lançamento do projeto arquitetônico, em 2007, e acabou tendo um custo total superior a R\$ 400 milhões ao final da obra, em 2011, os gastos de dinheiro público com atendimento fisioterapêutico de seus magistrados e servidores são ainda mais extravagantes. Isto porque a Corte é integrada por apenas sete ministros efetivos – dos quais três pertencem ao STF e dois ao STJ – e tem uma demanda de trabalho sazonal. Ela atua basicamente nos períodos eleitorais, a cada dois anos.

A verdade é que nada justifica o uso de dinheiro dos contribuintes para a criação de uma “seção de atenção fisioterapêutica” no TSE. Além de servir a uma minoria de privilegiados, o que é imoral, sua instalação é um irresponsável desvio de função de uma corte judicial, que reafirma uma tradição de gestão perdulária do Poder Judiciário que não dá sinais de ser abandonada. Em vez de gastar recursos escassos com privilégios, a Justiça melhoraria muito sua imagem se concentrasse seus gastos em obras e serviços prioritários, dispensando a quem depende de seus serviços o tratamento digno e eficiente a que tem direito.

06 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Delator diz que arrecadou propina para campanhas de Beto Richa

Ex-governador do Paraná, pré-candidato ao Senado, afirma que vazamento de depoimento é 'manobra' eleitoral

Ricardo Brandt
Fausto Macedo

O ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), que deixou o cargo em abril para disputar uma vaga no Senado nas próximas eleições, é acusado por um ex-aliado de envolvimento direto no esquema de desvios de recursos em obras de construção e reforma de escolas, alvo da Operação Quadro Negro – que apurou um rombo de mais de R\$ 20 milhões, desde 2011. Richa afirma que o ex-aliado “mente descaradamente”.

Em proposta de colaboração premiada entregue ao Ministério Público Federal – ainda não oficializada e homologada pela Justiça – o ex-diretor ligado à Secretaria de Educação do Estado Maurício Jandoi Fanini Antonio afirma que arrecadou propinas para campanhas de Richa desde 2002 e confessa participação em fraudes em contratos com aditivos de obras. Ele ainda detalha entregas de pacotes de dinheiro em banheiros de órgãos públicos, viagens ao exterior da família de Richa custeadas por empresários e compra de um imóvel para o filho dele com dinheiro de corrupção.

Na proposta de delação revelada pela RPC (afiliada da TV Globo) no Paraná e obtida pelo **Estado**, Fanini disse que ouviu cobranças de Richa para obter recursos de empresas para a reeleição do tucano em 2014, para a disputa ao Senado neste ano e liberação de valores para bancar um apartamento da família.

Amigos desde a faculdade e ligado a cargos de confiança desde 2001, Fanini era homem de confiança do ex-governador. Ele foi preso em 2017, alvo da Operação Quadro Negro, e em maio foi transferido para Brasília após iniciar negociação com o MPF.

Em um dos dez depoimentos, ele relata que o esquema de arrecadação começou em 2002, quando Richa disputou pela primeira vez o governo do Paraná e foi derrotado por Roberto Requião (MDB). Em princípio, segundo ele, os valores seriam arrecadados com empresas contratadas pela prefeitura de Curitiba. Em 2012, segundo ele, já com Richa no governo do Estado, após uma reunião na Granja do Canguiri, residência oficial do governador houve acerto para pagamentos mensais.

Nos anexos, Fanini disse que em 2013 repassou R\$ 500 mil, que seria dinheiro de “propina”, para o primo de Richa e ouviu dele que o valor seria para complementar a compra do apartamento do filho do ex-governador, Marcello Richa, seu primogênito. Ele afirmou ainda que durante uma partida de tênis em 2014, ouviu de Richa um pedido para que fossem arrecadados fundos para a campanha à reeleição. “Pode dizer que eu vou me reeleger e depois nós temos 4 anos para ajeitar essas empresas”, teria dito o ex-governador, segundo o delator.

Defesa. Além da Operação Quadro Negro, Beto Richa é alvo de investigação da Operação Lava Jato, decorrente da delação da Odebrecht. Com a perda do foro privilegiado após renunciar ao cargo, os processos abertos contra ele foram enviados para a primeira instância.

Em nota, Richa, atual presidente do PSDB do Paraná, negou as acusações, acusou Fanini de mentir e disse que o “vazamento” da delação “parece ser uma manobra arquitetada às vésperas do período eleitoral, na tentativa de nivelar todos os políticos por baixo”.

“Nem eu, nem qualquer membro da minha família, recebeu dinheiro desviado dos cofres públicos”, afirmou. Para ele, a delação de Fanini é uma “tentativa desesperada de envolver pessoas inocentes, retirando o

foco das fraudes por ele cometidas” e que carecem de provas. “Qual a razão de dar credibilidade a um criminoso que realizou 870 depósitos em dinheiro vivo, em sua própria conta corrente, pagou cartões de crédito em dinheiro vivo e formou um patrimônio incompatível com sua renda?”, questionou.

06 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Alesp amplia teto do funcionalismo para R\$ 30 mil

Proposta equipara salário máximo dos servidores do Estado ao dos desembargadores; limite anterior era o vencimento do governador

Fabio Leite
Luiz Vassallo

Com o apoio de deputados de todas as bancadas, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou ontem, em 2.º turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumenta o teto do funcionalismo público do Estado, provocando impacto de R\$ 1 bilhão nos cofres estaduais em quatro anos. Foram 67 votos a favor e apenas 4 contra a PEC 05/2016, que será promulgada automaticamente pela Alesp, sem precisar da sanção do governador Márcio França (PSB).

A iniciativa, do deputado Campos Machado (PTB/SP), equipara o salário do funcionalismo público estadual aos vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça e beneficia pelo menos 4 mil servidores públicos, como auditores fiscais de Renda, que lotaram a galeria da Alesp ontem e vibraram com a aprovação do texto. Atualmente, o teto do funcionalismo público é equiparado ao salário do governador, de R\$ 21,8 mil. Já os desembargadores ganham R\$ 30 mil por mês.

Segundo o texto aprovado ontem, a PEC não provocará impacto ao Tesouro no primeiro ano. No segundo ano, o teto seria de 70% do salário dos desembargadores, o que geraria impacto de R\$ 13 milhões. No terceiro, progrediria para 80%, e o impacto saltaria para R\$ 280 milhões. No quarto ano após a aprovação, o salário dos servidores seria equiparado a 100% dos subsídios dos

desembargadores, o que vai gerar impacto de R\$ 680 milhões aos cofres públicos.

Apesar de as lideranças de PSB, PSDB, PV e DEM orientarem obstrução, os deputados dos quatro partidos votaram a favor de forma massiva. A votação contou com 13 votos tucanos a favor, dois contra, e três obstruções. A bancada do governo, liderada por Caio Cezar (PSB), orientou votação contra a PEC. Mesmo assim, o partido do governador Márcio França ficou dividido: foram cinco votos a favor, quatro obstruções e um voto contra.

O presidente da Assembleia, Cauê Macris (PSDB), afirmou ser contra a aprovação da PEC, mas se disse “obrigado” pelo regimento interno a pautar a iniciativa. “Eu sinto neste momento que a obrigação regimental me obrigou e fez com que esse momento acontecesse. A Assembleia é plural, todos os partidos políticos se envolveram nesse processo. Não tinha nenhum deputado aqui que não sabia aquilo que estava votando”, afirmou Macris. A conduta dele foi elogiada pelo autor da PEC. “Essa não é a vitória de um deputado, não é a vitória de um bloco de deputados que assinaram a PEC. É uma vitória da Casa”, disse Campos Machado.


Na votação da PEC em 1.º turno, no dia 24 de abril, a proposta já havia dividido deputados da base do governo França que haviam assinado a favor da PEC no ano passado mas mudaram de posição um pouco antes do governador assumir o cargo, em abril.

PEC destrava teto congelado

A PEC do Teto do Funcionalismo paulista foi proposta em 2016 pelo deputado estadual Campos Machado (PTB) com a justificativa de que era preciso “destravar” os salários dos servidores do Estado que haviam atingido o teto constitucional, que é o subsídio do governador, de R\$ 21,8 mil. Isso porque nos últimos anos o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) não teve reajuste salarial e o teto ficou congelado. Com a equiparação ao salário dos desembargadores do Tribunal de Justiça – hoje de R\$ 30 mil – o teto será reajustado anualmente. A PEC produzirá efeito escalonado, a partir do segundo ano de vigência, quando o teto passa a ser de 70% do salário dos desembargadores. No terceiro ano, passa a 80% e no quarto, 100%.

NO VENTILADOR

Richa teria usado dinheiro desviado pra campanha, viagens e até apartamento, diz proposta de delação

 Gazeta do Povo

Em uma proposta de colaboração premiada feita à Procuradoria-Geral da República, o engenheiro civil Maurício Fanini, implica o ex-governador Beto Richa (PSDB) na Operação Quadro Negro, que investiga esquema de desvio de dinheiro da construção e reforma de escolas no Estado. As informações foram divulgadas com exclusividade pelo *Paraná TV*, da *RPC*. Beto Richa e demais citados negam irregularidades.

Fanini, que é réu na Quadro Negro, foi diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Secretaria de Educação entre 2011 e 2014. De acordo com ele, Richa era procurado diretamente para tratar dos desvios. O ex-governador teria pedido a Fanini para que ele arrecadasse dinheiro das empresas do esquema para a campanha de 2018. E não só pra campanha de Richa, mas também a de seu filho, Marcello, e a do irmão, Pepe Richa, de acordo com Fanini. O dinheiro teria sido deixado no banheiro da sala do ex-diretor. Apesar de o processo correr em Curitiba, por motivos de segurança, Fanini está preso em Brasília.

Além da campanha

Na proposta de delação, Fanini afirma que parte desviados era destinada a viagens de Richa e

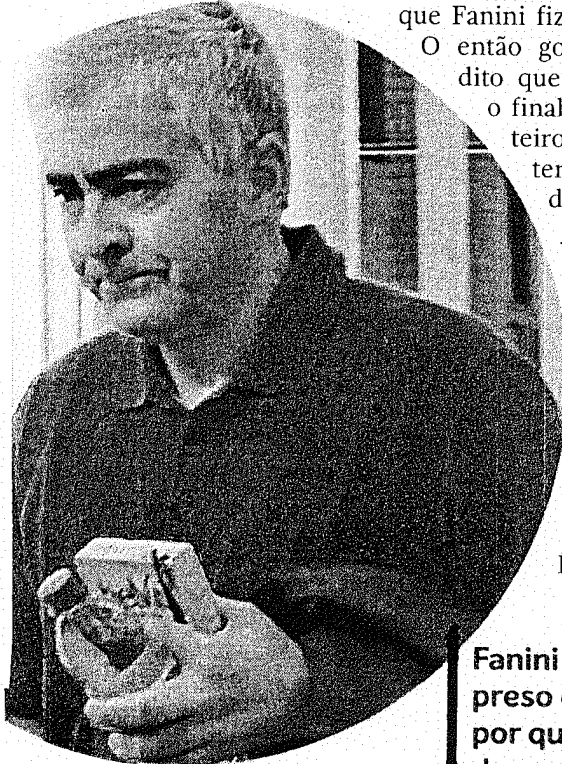
sua mulher, Fernanda, com Fanini e outros amigos. As despesas de viagens para Las Vegas, em 2010, para os EUA e

para o Caribe não teriam sido pagas pelo ex-governador, mas por empresários com contratos com o governo do estado. O ex-diretor também afirmou que R\$ 500 mil em propina teriam sido destinados à compra de um apartamento para Marcello Richa em Curitiba. Segundo Fanini, o pedido foi feito por Luiz Abi, primo distante do governador Beto Richa, em 2013, e confirmada pelo ex-governados. Como só tinha R\$ 300 mil à

disposição, Fanini disse que precisou retirar R\$ 100 mil de aplicações financeiras e

fez um empréstimo de cerca de R\$ 100 mil para repassar o valor total solicitado para a compra do apartamento de Marcello. Os documentos que comprovam esses saques foram apresentados à Procuradoria Geral da República.

CONTINUA



que Fanini fizesse o mesmo.

O então governador teria dito que havia passado o final de semana inteiro apagando materiais em que os dois apareciam juntos. O pretenso delator disse que não apagou fotos e conversas que tirou ou teve com Richa e Abi.

Em seu relato aos investigadores, Fanini conta

que foi avisado de que seria preso, em julho de 2015, pelo ex-procurador-geral do Estado Sérgio Botto de Lacerda (2003-2007). No aviso, Lacerda teria orientado Fanini a eliminar provas que o ligassem a Richa, como dados em computadores, mensagens, dinheiro vivo e fotografias. Nessa primeira ocasião, o réu ficou preso por dez dias. Em setembro de 2017, o ex-diretor voltou a ser preso. Em maio deste ano foi transferido para Brasília.

Outro lado

Em nota, Marcello Richa disse que Fanini “é um criminoso confesso, tenta se beneficiar da delação premiada para amenizar sua pena com afirmações mentirosas e desprovidas de provas”. O advogado de Luiz Abi afirmou que todas as menções ao seu

cliente são mentirosas e que o único objetivo de

Fanini é firmar um acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, envolvendo o máximo

de pessoas próximas a Richa. Ao *G1 Paraná*, Beto Richa disse que a delação foi vazada de forma criminosa e que trata-se de uma “manobra arquitetada às vésperas do período eleitoral”.

Ainda de acordo com o tucano, Fanini “mente descaradamente”. “Nem eu, nem qualquer membro da minha família, recebeu dinheiro desviado dos cofres públicos”, afirmou. Pepe Richa nega as afirmações, dizendo que Fanini tenta “terceirizar atitudes criminosas”.

Fanini está preso em Brasília, por questões de segurança.

Provas

Fanini afirma que, no mesmo dia em que a secretaria foi inquirida pelo Ministério Público (MP-PR) a respeito de uma denúncia, foi ao Palácio Iguazu para conversar com Richa, que “estava desesperado”. O tucano estava apagando mensagens e fotografias de seu celular, e pediu



06 JUN 2018

BEMPARANÁ

Reajuste para servidores da Assembleia, Judiciário, TC e MP é aprovado

As comissões de Constituição e Justiça e de Finanças da Assembleia Legislativa aprovaram ontem pareceres favoráveis aos projetos de reajuste de salários para os servidores do Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal de Contas (TCE), Ministério Público (MP), Defensoria Pública e da própria Casa. Todos preveem reposição da inflação dos últimos doze meses, de 2,76%, com pagamento retroativo aos salários de maio.

Em relação aos salários dos servidores do Executivo – congelados desde 2016 – ainda não há qualquer proposta oficial do governo. Há duas semanas, o Palácio Iguazu chegou a acenar com a possibilidade de rever o congelamento e a suspensão da data-base da categoria, pagando a reposição da inflação do último ano e negociando o parcelamento das perdas dos anos anteriores, mas desde então, a negociação não avançou.

Fora de pauta

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, retirou da pauta de julgamentos da Corte uma ação que debate a criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs), entre eles o de Curitiba. O relator do caso é o ministro Luiz Fux. O tema havia sido incluído na pauta da sessão do plenário do STF de ontem, surpreendendo até as partes do processo, que aguardam por um julgamento há quase cinco anos. Às vésperas do julgamento, a ministra voltou atrás, comunicando a exclusão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da pauta da sessão.

Liminar

A ação, proposta já estava parada há quase dois anos. Não há informações sobre o motivo da mudança na pauta. A formação das novas cortes foi aprovada pela Emenda Constitucional 73, que acabou suspensa desde julho de 2013, por liminar concedida pelo então presidente do STF, Joaquim Barbosa, em pleno recesso da Corte, na ação ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf).

EM CURITIBA

Juiz manda soltar empresário suspeito de matar vizinho por causa de som alto

Por decisão do juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, o empresário Antonio Humia Dorrio, de 49 anos, foi solto no fim da tarde de ontem. Ele é suspeito de matar o vizinho e engenheiro Douglas Reges Junckes, de 36 anos, no dia 20 de maio, após discussão por causa do som alto em um apartamento, no bairro Juvevê.

TRF de Curitiba volta à gaveta

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, retirou da pauta de julgamentos da Corte uma ação que debate a criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs), entre eles o de Curitiba. O relator do caso é o ministro Luiz Fux. O tema havia sido incluído na pauta da sessão do plenário do STF de hoje, surpreendendo até as partes do processo, que aguardam por um julgamento há quase cinco anos. Às vésperas do julgamento, a ministra voltou atrás.

06 JUN 2018

BEMPARANÁ

Processo contra Rossoni vem para Curitiba

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou baixar para a primeira instância mais um processo contra o deputado federal paranaense e ex-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB). O inquérito 4477, no qual o tucano já foi acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por crime de prevaricação, foi remetido à Justiça Estadual, em Curitiba. A decisão publicada na segunda-feira acompanha a interpretação do Supremo que restringiu em maio o alcance do foro privilegiado de deputados e senadores.

Desde então, só permanecem no STF inquéritos ou ações penais de crimes comuns cometidos após a diplomação do deputado federal ou senador e que estejam diretamente relacionados ao mandato.

“No caso aqui examinado, a conduta imputada ao investigado foi praticada quando ainda não detinha foro especial por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal (...). Nesses termos, reconheço a incompetência superveniente desta Corte e determino a remessa dos autos a um dos Juízes Criminais da Comarca de Curitiba”, despachou Rosa Weber. (veja o despacho)

Prevaricação - Rossoni tem dois inquéritos que surgiram quando ele exercia o mandato de deputado estadual. As investigações são por crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, prevaricação e crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético. Na ação expedida pela ministra Rossoni, é investigado por levar três anos e dez dias para enviar à Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia pedido do Superior Tribunal de Justiça para processar o então governador Beto Richa (PSDB). Rossoni nega irregularidades.

Loures deve ter acesso a inquérito

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, manifestou-se favorável ao pedido da defesa do ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (MDB) para ter acesso aos dados do inquérito que investiga supostos benefícios à empresa Rodrimar na edição do Decreto dos Portos, em troca de propinas destinadas ao presidente Michel Temer.

O ex-deputado federal e ex-assessor de Temer é um dos alvos do inquérito dos Portos. Também são investigados o presidente Michel Temer, o ex-diretor da Rodrimar Ricardo Conrado Mesquita e o empresário Antonio Celso Grecco. Loures foi preso em junho do ano passado, depois de ser filmado pela Polícia Federal recebendo uma mala com R\$ 500 mil em propina de um executivo da JBS em São Paulo. Ele foi solto um mês depois e liberado para responder o processo em prisão domiciliar. Em petição ao Supremo Tribunal Federal no final de maio, Raquel afirma que o pedido merece ser concedido.

06 JUN 2018

BEMPARANÁ

#QUADRO NEGRO

Fanini denuncia Beto Richa, que nega acusações

O ex-diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação, Maurício Fanini, preso na operação Quadro Negro – que investiga desvio de recursos para obras de construção e reforma de escolas – afirmou, em proposta de acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR) – que o dinheiro desviado ia para campanhas do ex-governador Beto Richa (PSDB) – e teria custeado viagens e despesas da família do tucano. As informações da delação foram divulgadas pela ‘RPC/G1’ Paraná. Em nota, Richa desqualificou a delação, afirmando que o objetivo de Fanini é envolver o máximo de pessoas possíveis para diminuir a pena “pelos crimes cometidos e já confessados à Justiça”.

No acordo de delação ainda não fechado oficialmente – Fanini afirma ter intermediado pagamentos de propina para o ex-governador entre 2002 e 2015. O esquema teria começado quando Richa era vice-prefeito e secretário municipal de Obras na gestão do então prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi e retomado nas campanhas do tucano para o governo do

Estado. Segundo o ex-diretor, o dinheiro também teria custeado gastos pessoais do ex-governador como viagens ao exterior e a compra de um apartamento para o filho mais velho de Beto Richa, Marcello Richa. Fanini diz ainda ter tratado da arrecadação de recursos para campanha diretamente com o ex-governador.

Vazamento – Em nota, o ex-governador criticou o vazamento da proposta de acordo de colaboração premiada, afirmando que ela teria objetivos eleitorais. “Esta forma ilícita de agir parece ser uma manobra arquitetada às vésperas do período eleitoral, na tentativa de nivelar todos os políticos por baixo”, alegou Beto Richa.

BEM PARANÁ 06 JUN 2018

PAÍS PASSOU A MARCAR OS 62 MIL OCORRÊNCIAS POR ANO

De 2006 a 2016, Paraná registrou 35.729 homicídios

Atlas da Violência, no entanto, mostra que taxa de mortes no Estado caiu no período

Em 2016, 3.080 pessoas foram assassinadas no Paraná, o que corresponde a uma taxa de 27,4 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Os dados são do Ministério da Saúde divulgados ontem no Atlas da Violência 2018, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e que analisa dados de 2006 até 2016. Neste período de 11 anos foram 35.729 homicídios no Estado.

Apesar de ter um número ainda alto de mortes violentas provocadas e uma taxa que também está próxima da nacional (30,3), os números mostram uma redução entre os anos analisados. No Paraná a taxa de homicídios caiu 8,1%. Em 2006 era de 29,8. Também deve ser considerado o tamanho da população. Em 2006 o Paraná tinha estimados 10.387.408 habitantes e em 2016 eram 11.242.720, um crescimento de 8,2%, coincidentemente o tamanho da redução da taxa de homicídios.

A posição do Paraná no ranking nacional — analisando apenas a taxa de homicídio — é intermediária. Não está entre os mais altos, nem entre os mais baixos. Todos os estados que lideram a taxa de letalidade estão na Região Norte ou no

Nordeste — Sergipe (64,7 para cada 100 mil habitantes), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), Pará (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,3) e Bahia (46,9).

As taxas mais baixas são de São Paulo (10,9), Santa Catarina (14,2), Minas Gerais (22) e Mato Grosso do Sul (25). As maiores variações na taxa foram observadas em São Paulo, onde houve redução de 56,7%, e no Rio Grande do Norte, que registrou aumento de 256,9%.

Em números absolutos, a Bahia lidera o ranking, com 7.171 homicídios em 2016, seguido do Rio de Janeiro, com 6.053 mortes provocadas naquele ano. São Paulo (4.870), Minas Gerais (4.622), Pernambuco (4.447) e Pará (4.223) também se destacam.

Evolução

O estudo mostra que no Paraná foram 3.098 homicídios em 2006. Os anos seguintes foram os mais violentos, com crescimento ano a ano das ocorrências — 3.105 (2007), 3.445 (2008), até atingir o ápice em 2009, com 3.698 homicídios registrados e taxa de 34,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Os anos seguintes foram de quedas seguidas até o Estado atingir seu menor número do período em 2015, com 2.936 mortes, e taxa de 26,3. A má notícia é que em 2016 as ocorrências sobem para os 3.080 homicídios, uma alta de 4,2% em relação a 2015.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2006 A 2016

Ano	Homicídio	Taxa por 100 mil habitantes
2006	3.098	29,8
2007	3.105	29,5
2008	3.445	32,5
2009	3.698	34,6
2010	3.586	34,3
2011	3.376	32,1
2012	3.489	33,0
2013	2.936	26,7
2014	2.980	26,9
2015	2.936	26,3
2016	3.080	27,4

Fonte: Atlas da Violência 2018

BEMPARANÃO 6 JUN 2018

Assembleia aprova auxílio-saúde para servidores do TCE

Benefício será regulamentado após eleições e estendido a funcionários do Legislativo

Ivan Santos

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, projeto do Tribunal de Contas que regulamenta o estatuto dos servidores do órgão e prevê a criação de um 'auxílio-saúde' os funcionários da Corte. Em razão das restrições da legislação eleitoral, porém, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), afirmou que o benefício será regulamentado somente após as eleições. Além disso, Traiano anunciou que o auxílio será estendido aos servidores do Legislativo.

A proposta chegou a entrar em pauta no último dia 22, mas teve a votação adiada por cinco sessões. Na justificativa do projeto, o TCE alega que a proposta garante que os funcionários do Tribunal de Justiça (TJ) e do Ministério Público (MP) já recebem o benefício, e que ele deve ser estendido aos servidores do órgão por uma questão de "isonomia". O mesmo argumento está sendo usado pelos deputados para conceder o auxílio aos servidores da Assembleia. Não há estimativa de quanto a criação do benefício vai custar aos cofres públicos, mas estimativas extra-oficiais apontam que somente no caso do TCE, o impacto pode chegar a R\$ 15 milhões anuais.

Inicialmente, o TCE pretende adotar a mesma tabela do TJ, onde existem dez faixas de valores para o auxílio, escalonadas pela idade do servidor. Para os funcionários mais novos, de até 18 anos, o pagamento seria de R\$ 232 mensais; já aqueles que têm mais de 59 anos receberiam R\$ 1.396, o valor máximo do benefício.

Prazo

A legislação eleitoral proíbe órgãos públicos de concederem aumentos salariais ou benefícios a servidores – com exceção da reposição salarial anual – nos 180 dias antes da eleição, ou a partir de 7 de julho. Por isso, o presidente da



Traiano: lei específica após o período eleitoral

Assembleia afirmou que apesar da aprovação do projeto, o benefício não será implementado agora. "Construímos um entendimento com o TC e os servidores para aprovar o projeto como está. Para a implementação do benefício terá que ser por lei específica. Qualquer benefício que venhamos a propor agora podemos estar ferindo a legislação eleitoral", disse o tucano. Traiano também anunciou que após o período eleitoral, vai criar uma comissão para que o benefício também seja regulamentado para os servidores da Assembleia.

Depois de aprovado em primeiro turno, o projeto entrou em pauta em segunda votação na sessão extraordinária realizada logo em seguida. Como recebeu emendas, a proposta volta hoje à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para receber novo parecer e deve ser votada em segundo turno ainda esta semana.

06 JUN 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogados não confiam na Justiça, mas concordam com execução antecipada

Segundo pesquisa, advocacia dá nota 3 para o Judiciário, mas apoia decisão do Supremo de autorizar prisão de réus antes do trânsito em julgado

A advocacia não confia muito na Justiça brasileira. Mas a maioria dos advogados do país concorda com a execução provisória da pena, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que autorizou a prisão de condenados já depois da decisão de segunda instância. É o que mostra o Índice de Confiança dos Ad-

vogados na Justiça (Icaj).

Segundo o levantamento feito pela internet com 644 advogados de todo o país, 54,9% dos entrevistados concordaram de alguma maneira com a decisão do Supremo. E 45,1% foram contrários à decisão. O apoio ao posicionamento do STF, no entanto, varia de acordo com a área de atuação dos

advogados. Consumeristas costumam ser a favor; criminalistas e eleitoralistas, contra.

Mas, numa escala de 0 a 100 quanto à confiança no Poder Judiciário, a nota segue baixa. Para 2017, os advogados deram 31,7 para a Justiça. O Icaj é feito desde 2010 e a nota mais alta já dada ao Judiciário foi 32,7.

É possível penhora de bem de família por dívida com condomínio

É possível a penhora do bem de família na hipótese de execução de dívida originária de despesas condominiais em que o devedor não indica outros bens à penhora ou não os possui. A decisão é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O entendimento foi consolidado após a seção reco-

nhecer a existência de erro de fato em ação rescisória que visava desconstituir decisão monocrática proferida pelo ministro Luis Felipe Salomão, a qual reconheceu em favor de ex-mulher — e atual companheira — a impenhorabilidade da totalidade de imóvel pertencente ao casal.

No caso julgado, um condomínio ajuizou em outubro de 2007 ação de cobrança em desfavor do ex-marido e atual companheiro da ré da ação rescisória, visando à cobrança de cotas condominiais. A sentença que julgou o pedido procedente foi mantida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mentir em petição anula benefício da Justiça gratuita

O litigante malicioso não pode contar com o benefício da gratuidade, pois o ordenamento jurídico repele comportamentos contrários aos ideais de justiça. Assim entendeu a juíza Ana Cristina Fontes Guedes, da 28ª Vara do Trabalho de São Paulo, ao revogar benefício concedido ao ex-empregado de uma empresa terceirizada e condená-lo a pagar multa de 2% do valor da causa, mais indenização de 5% às rés (valor de aproximadamente R\$ 1.500).

O autor moveu ação contra a empregadora e dois condomínios, onde prestou serviços como controlador de acesso. Ele foi demitido por justa causa em janeiro de 2018 ano após ter sido advertido por três vezes consecutivas, diante de faltas injustificadas.

O problema é que o trabalhador alegou não ter recebido verbas rescisórias quando foi dispensado, mas a empresa de terceirização comprovou a transferência dos valores. Segundo a juíza,

o autor violou o inciso II do artigo 80 do novo Código de Processo Civil e atuou como litigante de má-fé, perdendo o direito à Justiça gratuita.

O Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça têm decisões contra o fim do benefício, mesmo quando reconhecida má-fé. Para a juíza, porém, a gratuidade é incompatível com esse tipo de situação. Ela aplicou subsidiariamente disposições dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 (sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

STF nega pedido para anular condenação do ex-médico Roger Abdelmassih

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem pedido para anular a condenação do ex-médico Roger Abdelmassih a 181 anos de prisão por 48 estupros de 37 de suas pacientes.

A defesa do ex-médico pediu ao STF a anulação da sentença por entender que a denúncia que embasou a condenação deveria ser motivada pelas vítimas dos estupros e não pelo Ministério Público (MP).

Brasil ultrapassa a marca de 62 mil homicídios por ano

No ano de 2016, 62.517 pessoas foram assassinadas no Brasil, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Os dados são do Ministério da Saúde e foram divulgados ontem no Atlas da Violência 2018, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Segundo a análise, a taxa de homicídios no Brasil corresponde a 30 vezes a da Europa, e o país soma 553 mil pessoas

assassinadas nos últimos dez anos.

Todos os estados que lideram a taxa de letalidade estão na Região Norte ou no Nordeste: Sergipe (64,7 para cada 100 mil habitantes), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), Pará (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,3) e Bahia (46,9). As maiores variações na taxa foram observadas em São Paulo, onde houve redução de 56,7%, e no Rio Grande do Norte, que registrou aumento de 256,9%.

06 JUN 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lewandowski assume presidência da Segunda Turma do STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi eleito ontem presidente da Segunda Turma da Corte, responsável pelo julgamento das ações da Operação Lava Jato. Como presidente, caberá Lewandowski fazer a pauta de processos a serem julgados e decidir quando serão analisados.

Lewandowski vai ocupar a partir do próximo dia 12 a vaga de Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato, que deixará o comando do colegiado após um ano na função. A eleição foi simbólica porque, de acordo com as normas internas da Corte, Lewandowski teria que assumir a presidência por ser o membro mais antigo que ainda não ocupou o cargo recentemente.

Também fazem parte da Segunda Turma os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello.



06 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

FÁBIO WANDERLEY REIS

Cientista político, doutor pela Universidade Harvard (EUA) e professor emérito da UFMG

Judiciário, crise e fascismo

Leva-se o clamor da opinião pública a condenar

Fui gentilmente convidado por esta Folha para um debate sobre a eleição presidencial e a conjuntura. Publicada em 24 de maio, breve notícia inicial sobre o assunto limita-se, quanto à minha participação, a combinar a informação sobre a associação que faço entre a Operação Lava Jato e riscos para a democracia com a qualificação de “fascistoide” dirigida ao juiz Sergio Moro — como diz o texto, por causa de “um artigo acadêmico de 2004 em que Moro defendeu a busca de apoio da opinião pública como parte essencial de uma estratégia de combate à corrupção”.

O debate tomou rumo polêmico, e com certeza usei a qualificação. Mas a menção feita a Moro remetia a uma reveladora passagem do tal artigo (para quem quiser conferir, “Operação Mani Pulite”, Revista CEJ, 2004, p. 61).

Nela, recorrer à democracia — note-se! — para o combate à corrupção é assimilado à possibilidade de contornar “a carga de prova exigida para alcançar a condenação em processo criminal” e ao “salutar substitutivo” que a opinião pública pode constituir, “tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a

agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo”.

Ou seja: como provar crime é difícil, levemos, em nome da democracia, a opinião pública a condenar. É patente o caráter pouco democrático desse suposto recurso à democracia, em que o clamor da opinião pública manipulada atropela direitos garantidos em lei.

Esse caráter marca várias ações ilegais de Moro, objeto de crítica e rechaço do próprio Supremo Tribunal Federal — embora, como os efeitos da crise certamente alcançam os escalões mais altos do Poder Judiciário, daí não tenham resultado sanções.

Mas, num aspecto central do que procurei dizer no debate, tratando justamente da opinião pública, procurava contrapor-me à leitura de outro participante, Carlos Pereira.

Vendo a opinião pública como entidade singular e expressão unânime do que pensa o país em dado momento, o que propunha Pereira redundava em santificá-la e torná-la o suporte sadio da redefinição punitivista que se vem manifestando no Ministério Público e no Judiciário — incluído, sem dúvida, o STF,

onde ministros como Luís Roberto Barroso e a própria presidente Cármen Lúcia reclamam atenção, com insistência, para coisas como o “sentimento da cidadania”.

O que aí se omite é que há opiniões públicas e “sentimentos” diversos na cidadania, de modo especial em correspondência com divergências políticas. Ainda que nossa desigualdade leve a que os cidadãos de classe média ou acima tendam a ser também os formuladores e operadores da opinião pública mais vocal — e, assim, a tornar ocasionalmente dominante uma opinião classista —, é preciso lembrar que, menos mal, todos os cidadãos dispõem do voto e que um Judiciário orientado pela opinião pública dominante estará benzendo judicialmente algo nítido em nossa crise atual: a opinião pública a se colocar contra o eleitorado. Fará, pois, política, e com frequência política de elite.

Quanto a fascismo, cabe ainda uma evocação dramática: a da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de 22 de setembro de 2016, que mereceria maior repercussão do que teve. Ela se refere justamente às ações ilegais de Moro, que serviam de base para o pedido de seu afastamento por 19 advogados.

Por voto de 13 contra apenas 1 dos 14 desembargadores participantes (o do desembargador Rogério Favreto), o tribunal acompanhou o que propôs o relator do processo, desembargador Rômulo Pizzolatti. Reclamou-se a suspensão da relevância do “regramento genérico” vigente — incluída, naturalmente, a da própria Constituição — e invocou-se, como apontou Favreto, a teoria fascista do estado de exceção. Ficou mais fácil, depois, condenar Lula.

06 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena 7 por máfia do ISS, e penas somam 154 anos

Fiscais que davam desconto em troca de propina em SP
recorrerão em liberdade

Thais Bilenky e
Thiago Amâncio

SÃO PAULO A Justiça condenou sete acusados de integrar a máfia do ISS em São Paulo a penas que, somadas, superam 154 anos de prisão, além de ordenar a devolução de R\$ 8 milhões e de imóveis adquiridos no período em que vigorou esse esquema de cobrança de propina em troca de descontos no imposto municipal.

A decisão se refere ao principal processo (há outros 30 em curso) da máfia do ISS, descoberta há quase cinco anos, após investigação da Controladoria Geral do Município e que, segundo a Promotoria, desviou mais de R\$ 500 milhões entre 2007 e 2013.

Todos os condenados poderão recorrer em liberdade. Apontado como chefe do esquema, o ex-subsecretário da Receita Municipal Ronilson Bezerra Rodrigues foi condenado a 60 anos e sete meses de prisão, por crimes como formação de quadrilha, associação criminosa, concussão e lavagem de dinheiro. Ele também precisará pagar R\$ 3,5 milhões e terá confiscados os imóveis que adquiriu.

No mês passado, Ronilson disse à Folha que seu acordo de delação premiada não foi aceito pelo Ministério Público por ter se recusado a envolver no escândalo o ex-prefeito Gilberto Kassab (2006-2012). A Promotoria nega a acusação.

Para o promotor Roberto Bodini, é "impossível que esse grupo tenha operado e agido durante todo esse tempo sem que tivesse apoio político". Kassab, hoje ministro da Ciência e Tecnologia do governo Temer (MDB), nega envolvimento — o STF aceitou arquivamento do inquérito contra ele por falta de provas.

O ex-auditor Luís Alexandre Cardoso de Magalhães foi condenado a 43 anos, além do pagamento de R\$ 3,437 milhões. Eles tinham sido condenados antes em processos menores.

Segundo a Promotoria, há ainda outras 30 ações penais em curso envolvendo supostos membros da máfia.

Na sentença, a juíza Luciane Figueiredo disse que, embora sejam tecnicamente primários, Ronilson e Magalhães tiveram a pena majorada em um quarto do mínimo em razão do comportamento exibido.

"O réu denotou personalidade desvirtuada, manipuladora e calculista, desprovida de freios morais, com grave ruptura de caráter e crença na impunidade", escreveu.

A juíza ainda disse que eles não demonstraram "mínimo traço de arrependimento".

Outros condenados foram Carlos Augusto di Lallo Leite do Amaral, Eduardo Horle Barcellos, Amilcar José Cancado Lemos, William de Oliveira Deiró Costa e Henrique Manhães Alves (único que não

era fiscal, mas por ocultar o patrimônio de Ronilson).

A defesa de Magalhães afirmou que só vai se pronunciar "após a leitura detalhada da decisão que contém mais de 300 laudas". A reportagem não conseguiu resposta dos outros condenados.

06 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Assassinato de jovens cresce, e 325 mil são mortos em 11 anos

Homicídios na faixa etária entre 15 e 29 anos aumentaram 23% desde 2006

Fernanda Mena

SÃO PAULO O número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no Brasil cresceu 23% de 2006 a 2016, quando atingiu o pico da série histórica, com 33.590 vítimas nesta faixa etária. No caso mais extremo, do Rio Grande do Norte, o número de jovens mortos avançou 382% no período. Em outros oito estados, o incremento foi de mais de 100%.

Com isso, em 11 anos, o Brasil enterrou 324.967 jovens assassinados — quantidade equivalente à soma, por exemplo, das populações dos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon e Botafogo, no Rio.

Os dados constam do Atlas da Violência 2018, uma publicação do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ONG que reúne especialistas nesse assunto.

Por causa da curva crescente nos assassinatos de jovens no país, a taxa de homicídio deste grupo etário em 2016 representava mais do que o dobro (65,5 mortos por 100 mil habitantes) da taxa média da população brasileira (30,3/100 mil).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a taxa global de homicídio de pessoas de 15 a 29 anos é de 10,4.

O incremento destas esta-

tísticas segue as desigualdades regionais brasileiras e, em 2016, ao menos seis estados mantinham índices de homicídios de jovens superiores a 100 casos por 100 mil habitantes: Sergipe (142,7), Rio Grande do Norte (125,6), Alagoas (122,4), Bahia (114,3), Pernambuco (105,4) e Amapá (101,4).

Se observarmos apenas os jovens mortos do sexo masculino, que representam 94% dos casos, a taxa média nacional sobe para 122,6 jovens assassinados por 100 mil habitantes nesta faixa etária.

De 2015 a 2016, a variação na taxa de homicídio de homens jovens foi de quase 90% de aumento no Acre. Já em São Paulo, o índice recuou 14%. Na Paraíba, que criou uma política pública de redução de homicídios em 2011, a taxa caiu 14,5%.

“Índices de homicídio de jovens acima de 100 por 100 mil habitantes tornam inviável qualquer projeto de futuro para o país”, diz Renato Sérgio de Lima, diretor-executivo do fórum. “Existe um massacre da juventude brasileira, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. E precisamos de soluções urgentes para esse problema. Em ano eleitoral, temos de questionar: O que vamos fazer? Que política pública está sendo proposta para isso?”, afirma.

Segundo Lima, o Brasil vive um cenário de “mortalidade

extremamente cruel e seletivo em termos regionais e de perfil das vítimas”. Isso porque os negros também têm sido progressivamente mais assassinados do que não-negros. De 2006 a 2016, o número de negros alvo de homicídio aumentou 23%, enquanto o de não-negros diminuiu 6,8%.

Em 2016, a taxa de homicídio de pretos e pardos (40,2/100 mil) era duas vezes e meia maior que a de não-negros (16/100 mil). Já a taxa de mortes violentas intencionais de mulheres negras era 71% mais alta que a de não-negras.

O relatório do Atlas da Violência 2018 destaca um caso emblemático no recorte racial da violência letal no Brasil: Alagoas tem a terceira maior taxa de homicídios de negros (69,7%) do país e a menor taxa de morte de não-negros (4,1%). É como se os não-negros alagoanos vivessem nos EUA, que em 2016 registrou taxa de 5,3 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto os negros alagoanos morassem em El Salvador, cuja taxa bateu 60,1 mortos por 100 mil habitantes em 2017.

De acordo com o documento, os fatores que impulsionam a violência letal no Brasil são a profunda desigualdade econômica e social, a falta de articulação e de políticas do sistema de segurança pública, a forte presença de mercados ilícitos e facções criminosas e o grande número de armas de fogo espalhadas pelo país.

CONTINUA

06 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As estatísticas para o total da população não são menos dramáticas e, em 2016, o país bateu novo recorde de número de homicídios, com 62.517 mortes, o que se traduz na taxa também recorde de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, o que corresponde a 30 vezes a taxa de homicídios da Europa. Em 11 anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil —o que equivale a mais que a população da cidade de Florianópolis (485.838) ou da capital de Rondônia, Porto Velho (519.436).

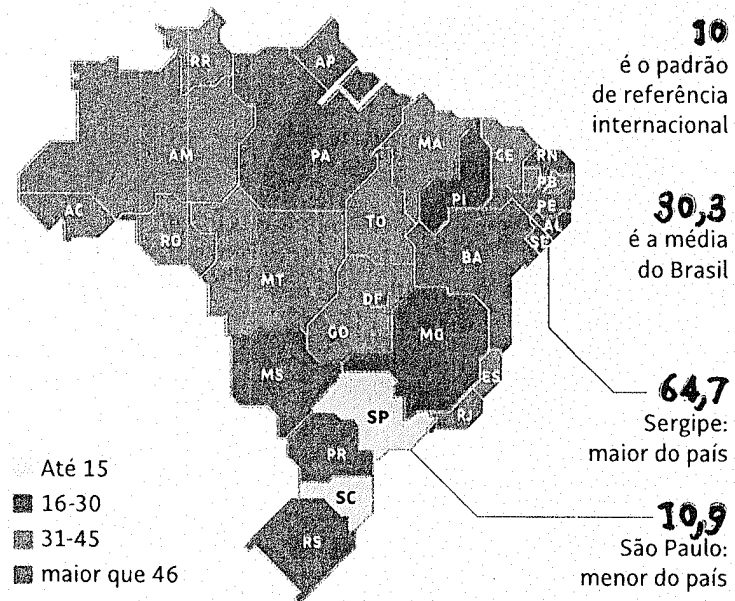
O Atlas da Violência usa dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, e verificou um aumento de casos registrados como Morte Violenta por Causa Indeterminada (MVCIs), o que poderia contribuir para reduzir as taxas de homicídio oficiais.

Isso ocorreria porque uma parte desse registros de MVCIs seria, na verdade, composta por homicídios registrados de maneira errada.

Os estados com maior proporção de mortes com causa indeterminada em relação ao total de mortes violentas foram Minas Gerais (11%), Bahia (10,8%), São Paulo (10,2%), Pernambuco (9,4%) e Rio de Janeiro (9%).

Retrato da violência no Brasil em 2016

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes é maior em estados do Norte e Nordeste



553 mil

pessoas foram assassinadas no país em 11 anos

Taxa de homicídio por 100 mil habitantes de homens entre 15 e 29 anos

